

BRICS AND THE GLOBAL FINANCIAL ORDER: LIBERALISM CONTESTED?

PETRY, Johannes, e NÖLKE, Andreas. Cambridge: Cambridge University Press, 2024, 102 p.

Recebido em 13/11/2024

Aprovado em 15/01/2025

DOI: 10.69585/2595-6892.2025.1197

Publicado em 2024 por Johannes Petry e Andreas Nölke, “*BRICS and the Global Financial Order: Liberalism Contested?*” analisa o sistema financeiro global a partir das perspectivas da Economia Política Comparada e da Política Econômica Internacional (May *et al.*, 2024). A obra examina se os países Brics contestam a ordem financeira liberal (OFL), sugerindo uma alternativa baseada no capitalismo de Estado. Este livro surge em um momento oportuno, quando alternativas ao neoliberalismo, em ascensão desde os anos 1980, voltam a ser discutidas tanto na academia quanto entre movimentos sociais. Diante desse cenário, investigar essas possíveis alternativas torna-se especialmente relevante.

Dividido em cinco capítulos, o primeiro traça o arcabouço teórico; os três capítulos seguintes abordam os aspectos monetário, financeiro e de desenvolvimento em disputa. O quinto capítulo sintetiza os pontos principais, avaliando o estado atual da contestação. A resenha acompanha essa organização, apresentando cada capítulo em sequência.

Na seção inicial, os autores definem a ordem financeira global em três áreas: a monetária, que inclui regimes cambiais, balança de pagamentos e políticas dos bancos centrais; a ligada às finanças, focada na mobilidade de capital, investimentos estrangeiros diretos (IEDs) e estrutura corporativa; e a de desenvolvimento, voltada para o gerenciamento da dívida externa e o financiamento de projetos. Além disso, sugerem que essas dimensões podem ser analisadas nos níveis nacional, transnacional e internacional.

TARIK DIAS HAMDAN

Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e doutorando em Sociologia na mesma instituição.

Email: hamdan.tarik@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8662-396X>

O primeiro nível refere-se à organização da economia em âmbito nacional. Nesse contexto, os estudos de economia política comparada são particularmente úteis, uma vez que ajudam a compreender a diversidade institucional que caracteriza os diferentes tipos de capitalismo (Hall; Soskice, 2001). No plano transnacional, os autores destacam a interdependência entre as unidades nacionais, abordando as relações entre países. Por fim, o nível internacional trata da criação de instituições e regulações em uma perspectiva mais ampla e abrangente.

Dessa forma, a contestação pode atuar nessas três dimensões, possibilitando a criação de alternativas no nível nacional, a expansão de práticas para além das fronteiras (transnacional) e, por fim, a institucionalização da contestação, gerando novos conjuntos de regras e regulações internacionais.

Para os autores, os Brics representam um desafio à ordem liberal, pois contrariam os princípios de livre circulação de capitais e a redução da intervenção estatal defendidos pelo neoliberalismo. Ao invés disso, ao proporem o capitalismo de Estado como alternativa, os Brics desenvolvem novas estruturas de poder que priorizam a proteção da soberania nacional e a restrição ao livre fluxo de capitais. Isso implica uma orientação institucional voltada para o favorecimento de políticas nacionais autônomas de desenvolvimento e para a criação de organizações transnacionais e internacionais que protejam os interesses dos Estados.

No capítulo 2, os autores discutem como os Brics contestam a subordem monetária, a começar pelo papel dos regimes cambiais. Essa dimensão é relevante, pois é um aspecto fundamental no processo de desenvolvimento dos países, como demonstra a literatura vinculada ao desenvolvimento econômico (Bresser-Pereira, 2024). No nível doméstico, destaca-se o papel das intervenções estatais nos regimes cambiais, com Índia, China e Rússia adotando regimes administrados, enquanto Brasil e África do Sul mantêm regimes flutuantes com baixa intervenção. No nível transnacional, destacam também como Índia, Brasil e China controlam os mercados cambiais *offshore*. A Rússia, por outro lado, mudou sua postura liberal com a guerra,

representando um caso intermediário particular. Por último, a África do Sul é o país mais próximo do ideário liberal, pois mantém esses mercados livres. No nível internacional, a questão é se há uma contestação à hegemonia do dólar. Nesse cenário, a China é o principal contestador, demandando um sistema monetário multipolar e promovendo o uso de sua moeda, o renminbi. Rússia e Índia também são atores que impulsionam a desdolarização. Em menor escala, o Brasil tem mostrado esforços para reduzir sua dependência do dólar, indicando uma intenção nesse sentido. Em contraste, a África do Sul não adotou ações nem discurso alinhados com essa tendência.

No que tange a balança de pagamentos, os países Brics se movimentam para barrar possíveis intervenções estrangeiras na política nacional feita por instituições e países alinhados à OFL. Assim, ao nível nacional, a contestação aparece no acúmulo de reservas estrangeiras, com a China na liderança, seguida por Rússia e Índia, enquanto Brasil possui níveis intermediários e a África do Sul, baixos. Transnacionalmente, destaca-se a criação de linhas de swap independentes do FED, liderada pela China, seguida pela Índia, com a Rússia participando nas linhas de swap chinesas e discutindo uma com a Índia. Internacionalmente, a criação de alternativas ao FMI, como o Fundo Euroasiático e a Iniciativa de Multilateralização de Chiang Mai, reforça a contestação à ordem liberal, com destaque para China e Rússia.

No que tange ao papel dos bancos centrais, a contestação ocorre por meio da redução da independência dos mesmos. Evidentemente, a dimensão dos bancos centrais é um pilar central para o capitalismo de Estado, visto que controla a política monetária e que é uma dimensão fundamental do arranjo econômico de um país. Assim, ao nível doméstico, a China mantém seu banco central sob forte controle político e com múltiplos mandatos, assim como a Índia. A Rússia, por outro lado, tinha um banco central independente até a guerra em 2022, enquanto Brasil e África do Sul mantêm maior independência. No plano transnacional, Índia, Rússia e China lançam projetos de moedas digitais para pagamentos internacionais independentes do Swift (Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication),

com o Brasil em desenvolvimento e a África do Sul nas etapas iniciais. Internacionalmente, os Brics defendem maior coordenação monetária global, embora ainda sem institucionalização.

O terceiro capítulo aborda a contestação dos Brics à subordem financeira. Os autores começam descrevendo a dimensão da mobilidade internacional de capital. Ao nível doméstico, China e Índia mantêm suas contas de capitais relativamente fechadas, assim como a África do Sul, que liberalizou brevemente nos anos 1970 e 1990. Brasil e Rússia também abriram suas contas nos anos 2000, mas voltaram a fechá-las. No plano transnacional, os Brics questionam agentes que promovem a mobilidade de capital, especialmente empresas de índices como a Morgan Stanley Capital International (MSCI), com destaque para Índia e China. Até a guerra, a Rússia seguia as normas da MSCI, mas foi descontinuada desde então. Dentre os países Brics que menos contestam essa dimensão da OFL, estão o Brasil e a África do Sul, que, de maneira geral, seguem essas recomendações. Internacionalmente, China, Índia e Brasil criticam o FMI sobre controle de capitais, enquanto Rússia e África do Sul são menos ativos nesse debate.

No que se refere aos investimentos estrangeiros diretos (IEDs), Rússia, China e Índia mantêm restrições significativas, enquanto Brasil e África do Sul adotam um regime mais liberal, similar ao dos países anglo-saxões. Transnacionalmente, os Brics buscam internacionalizar suas empresas, com a China representando 70% desse movimento, seguida pela Rússia com 20%, e Índia, África do Sul e Brasil com menores participações. No âmbito internacional, os Brics contestam regras que promovem a abertura ao IED, como as do ICSID (World Bank's International Centre for Settlement of Investment Disputes) do Banco Mundial. Brasil, Índia e África do Sul evitam acordos bilaterais sujeitos a arbitragem internacional, enquanto China e Rússia participam desses acordos, mas com cautelas para evitar interferências.

Na governança corporativa e estrutura de propriedade, ao nível doméstico, o capitalismo de Estado é mais bem representado pela China, Rússia

e Índia, que têm alta participação estatal, com a China em destaque. Enquanto isso, Brasil e África do Sul apresentam menor presença do Estado e maior participação de investidores institucionais. Transnacionalmente, proprietários estrangeiros têm baixa presença na Rússia, Índia e China, mas são relevantes na África do Sul e no Brasil. Em relação a restrições a estrangeiros, o Brasil adota poucas, enquanto os demais limitam o controle de setores estratégicos. Internacionalmente, a ausência de normas sobre propriedade estatal dificulta uma análise uniforme dessa contestação.

Quanto à atuação e regulação dos bancos comerciais, nacionalmente, o capitalismo de Estado tem grande participação como credor em países como Rússia (72%), Índia (70%), China (51%) e Brasil (41%), enquanto na África do Sul a participação é mínima. Transnacionalmente, destaca-se o Brasil como o país com maior presença de bancos estrangeiros (10,7%), seguido pela África do Sul (6%), Índia (5,9%), Rússia (6,3%) e China (1%). A expansão dos bancos estatais dos Brics, especialmente os chineses, também é relevante, representando 7,1% do crédito entre países. Internacionalmente, os Brics mostram insatisfação com as agências de classificação de risco internacionais, levando países como Índia e Rússia a proporem suas próprias agências, embora ainda sem implementação prática.

No que diz respeito à dimensão do mercado financeiro, a contestação ocorre quando bolsas são mais estatais e menos orientadas pelo lucro, com pouca presença estrangeira. Na China e na Rússia, o Estado domina as bolsas e limita a negociação e propriedade estrangeira, enquanto no Brasil e na África do Sul há baixa participação estatal e alta presença estrangeira. Transnacionalmente, os Brics restringem produtos especulativos como derivativos, contrariando tendências da OFL. Internacionalmente, apesar de ganharem espaço em instituições como o Conselho de Estabilidade Financeira, suas contestações ainda são limitadas.

No fim do capítulo 3, os autores abordam métodos contábeis que informam investidores e credores sobre a situação das empresas. A OFL adota o *fair value accounting* (FVA), enquanto o capitalismo de Estado prefere o *historic*

cost accounting (HCA). Para eles, a diferença fundamental é que a segunda permite relações de longo prazo menos focadas no lucro imediato. Todos os Brics se distanciam do FVA, com Rússia e China se aproximando parcialmente, enquanto Índia, Brasil e África do Sul mantêm a preferência pela HCA. Transnacionalmente, os Brics, em especial China e Índia, evitam o padrão contábil liberal e demandam reformas para atender aos interesses dos países em desenvolvimento.

No capítulo 4, os autores analisam a subordem do desenvolvimento, focando inicialmente na gestão da dívida internacional feita pelos entes estatais. Esse ponto é relevante, pois, quando os governos não pagam dívidas para instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI), são forçados a adotar políticas de liberalização, em oposição ao capitalismo de Estado. Nacionalmente, os Brics preferem negociações bilaterais que preservem a autonomia econômica. Dentre os países analisados, China e Rússia se destacam como credores. Transnacionalmente, esses créditos evitam interferências e fortalecem laços políticos. Internacionalmente, apesar das divergências com FMI e Clube de Paris, os Brics ainda participam dessas instituições, sem promover alternativas significativas.

Por fim, os autores analisam o papel dos bancos de desenvolvimento: dos 50 maiores, 68,28% dos ativos estão nos Brics, com destaque para Rússia, Brasil e China. Transnacionalmente, os Brics financiam outros países sem interferir em suas políticas nacionais. Internacionalmente, criaram o Novo Banco de Desenvolvimento como alternativa ao Banco Mundial, oferecendo crédito sem condicionalidades que comprometam a soberania econômica.

Os autores concluem o livro apontando que há contestação significativa à ordem financeira liberal nas escalas nacionais e transnacionais, enquanto, no âmbito internacional, essa contestação ainda é relativamente limitada. Além disso, destacam que, entre os contestadores, a China se sobressai como o principal ator, representando o exemplo mais consolidado de capitalismo de Estado. A Rússia e a Índia também são agentes importantes que se alinham a essa tipologia. Já o Brasil e a África do Sul, por outro lado,

configuram-se como tipos mistos e ainda não podem ser plenamente classificados como contestadores relevantes da OFL.

Finalizo esta resenha destacando os méritos do livro. Além de abordar uma temática de grande relevância em um momento de transformações profundas na geopolítica e de emergência de um mundo multipolar, o livro se destaca por sistematizar de forma clara o que significa a contestação à ordem liberal estabelecida desde 2008, apresentando evidências consistentes para os pontos discutidos. Dessa forma, é uma leitura indispensável tanto para especialistas na área quanto para leitores interessados em compreender as mudanças globais em curso. Ademais, ao combinar Economia Política Comparada e Política Econômica Internacional, o livro oferece uma importante contribuição para a literatura, que muitas vezes enfatiza apenas as dinâmicas nacionais ou internacionais, sem explorar suas inter-relações.

Referências

BRESSER-PEREIRA, L. C. *Novo Desenvolvimentismo: introduzindo uma nova teoria econômica e economia política*. 1.ª ed. São Paulo: Editora Contracorrente, 2024

HALL, P.A.; SOSKICE, D.W. (EDS.). *Varieties of capitalism: the institutional foundations of comparative advantage*. Reprint ed. Oxford: Oxford University Press, 2013

MAY, C. et al. *Political Economy: Comparative, International, and Historical Perspectives*. Switzerland: Springer, 2024